

# Sarampo: especialista alerta sobre a importância da vacinação

Algumas doenças graves que foram erradicadas no País há anos, voltaram a afetar a população recentemente, preocupando instituições e profissionais de saúde no geral

Vários estados brasileiros, como Amazonas, Roraima, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo, já confirmaram casos de sarampo, por exemplo. De acordo com o Ministério da Saúde, a meta de vacinação do calendário adulto está muito baixa e a imunização contra a poliomielite, vírus que pode causar paralisia, é considerada mínima e pode retornar em, pelo menos, 312 cidades brasileiras.

Segundo a dra. Rosana Richtmann, infectologista do Hospital e Maternidade Santa Joana, as vacinas desempenham um papel fundamental na proteção contra doenças como o sarampo e não existe nada mais eficaz em saúde pública do que imunização. Ela reforça que a população não pode deixar a vacinação cair no esquecimento. “As vacinas são um dos mecanismos mais eficazes na defesa do organismo humano contra agentes infecciosos e bacterianos, e consiste na proteção do corpo por meio de resistências às doenças que o atingiriam. Quando você se vacina, você protege todos ao seu redor”, afirma.



Dra. Rosana Richtmann, infectologista do Hospital e Maternidade Santa Joana.



Em relação ao sarampo, a profissional ressalta que era uma doença erradicada e que, até o ano 2000, não existia mais casos no Brasil. “As bolinhas vermelhas só aparecem dias depois da doença adquirida e a patologia começa com tosse, febre, conjuntivite, coriza, entre outros sintomas. As pessoas imaginam que é uma doença leve, mas ela pode levar a sequelas muito sérias. Entre elas estão diarreia, infecção nos ouvidos, vômito, hemorragia, convulsões, hepatite, pneumonia bacteriana secundária e até sequelas neurológicas”, explica. Para as gestantes, a patologia, caso não tratada, pode envolver aborto no 1º trimestre de gestação e risco de parto prematuro.

A vacina que protege contra o sarampo é a tríplice viral, que também imuniza contra caxumba e rubéola. A pessoa deve ter tomado duas doses com intervalo mínimo de um mês, desde que a primeira tenha sido adquirida depois de um ano de vida. “As duas doses no primeiro ano do bebê protegem a criança para o resto da vida. Porém, quem não sabe se tomou a vacina, pode tomar novamente, sem problemas. O importante é a imunização”, afirma a dra. Rosana.

Em relação a efeitos adversos da vacina do sarampo, a infectologista comenta que são raros os casos considerados graves. “Os efeitos colaterais mais comuns são dor no braço, vermelhidão e inchaço onde foi aplicada a vacina. Também podem ocorrer febre ou mal-estar passageiro. Em alguns casos, e dependendo do tipo de vacina, a pessoa pode apresentar sintomas parecidos com os da própria doença. Isso acontece pelo fato de a vacina ter em sua composição um vírus enfraquecido, mas incapaz de transmitir a enfermidade”, enfatiza dra. Rosana.

A coqueluche e a poliomielite são outras duas doenças que estão preocupando os profissionais de saúde. No caso da coqueluche houve um aumento no número de casos devido ao melhor diagnóstico feito atualmente. “A

vacina que protege desta patologia é a tríplice bacteriana (DTP), que também imuniza contra difteria e tétano e são oferecidas gratuitamente a partir de dois meses de idade do bebê. Ela é tão importante que está indicada para as grávidas a partir de 20 semanas de gestação, com o intuito também de prevenir a doença no feto”, reforça a especialista.



Já a poliomielite está erradicada em toda a região das Américas há mais de 20 anos. O último caso no Brasil foi em 1989. Porém, por conta dos baixos índices de imunização, a doença pode voltar a afetar os brasileiros. “Esta doença é grave, causada por um vírus que vive no intestino e pode afetar o sistema nervoso, levando à paralisia. A vacina contra essa doença deve começar por volta dos dois meses de vida, com mais duas doses aos quatro e seis meses, e reforços entre 15 meses e aos cinco anos de idade”, afirma a infectologista.

Fonte e mais informações: ([www.santa joana.com.br](http://www.santa joana.com.br)).

## Brasil pode economizar R\$ 1 bilhão com genérico contra hepatite C

A utilização de medicamento genérico para o tratamento da hepatite C no Brasil poderia gerar uma economia de cerca de R\$ 1 bilhão aos cofres públicos, segundo informações da organização humanitária internacional Médicos Sem Fronteiras (MSF). De acordo com a entidade, o país tem capacidade para produzir o genérico do sofosbuvir, já analisado e registrado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O início efetivo do fornecimento ao governo, entretanto, depende da conclusão de uma análise de pedido de patente a cargo do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi). Segundo o MSF, quando o sofosbuvir foi lançado no mercado, em 2013, o custo por tratamento chegou a US\$147 mil. Atualmente, a entidade garante realizar tratamentos para hepatite C com genéricos ao custo de US\$120.

A economia de R\$1 bilhão, portanto, se refere à diferença entre o preço atual do tratamento com medicamentos de marca e o custo do tratamento com a utilização de genérico nacional, considerando-se a oferta de tratamento para 50 mil pessoas via sistema público de saúde, conforme planejamento divulgado pelo Ministério da Saúde.

A entidade trabalha em projetos que atendem pessoas infectadas pelo vírus da hepatite C em 11 países e, desde 2015, ofereceu tratamento a mais de 6 mil pacientes afetados pela doença. Entre os que concluíram a terapia até o momento utilizando genéricos do sofosbuvir e do daclatasvir, também indicado para o tratamento, a taxa geral de cura foi de 94,9%.

### Carta pública

No mês passado, o MSF encaminhou ao Inpi uma carta pública sobre o uso de genéricos para o tratamento da hepatite C no Brasil. No documento, a organização humanitária pede uma análise rigorosa e ágil dos pedidos de patente em questão, levando em consideração o impacto que a decisão pode ter sobre a vida de centenas de milhares de pessoas no país que ainda não têm acesso ao tratamento para a doença.

Por meio de nota, o Inpi informou que o pedido de patente está sendo examinado e que, por este motivo, o órgão ainda não pode se posicionar sobre o assunto. Em abril, o instituto divulgou parecer técnico em que faz exigências ao depositante do pedido de patente, cobrando informações complementares. Uma possível aprovação do pedido de patente de genérico para tratamento da hepatite C, entretanto, segue sem previsão para sair.

Ainda de acordo com o MSF, os países que estão obtendo bons resultados na cobertura do tratamento contra a hepatite C são exatamente aqueles nos quais há genéricos disponíveis. O Egito, por exemplo, ofereceu tratamento a mais de 1 milhão de pessoas via sistema público com o sofosbuvir devido à rejeição de patentes-chave e à introdução de versões genéricas de baixo custo. Índia e Bangladesh são outros exemplos de países que vêm tendo bons resultados com a produção e uso dos genéricos.

“A ampliação do acesso a este tratamento para o vírus da hepatite C é crucial para



alcançar a meta de eliminação da doença até 2030, assumida internacionalmente pelo Brasil no âmbito da Organização Mundial da Saúde (OMS) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Esse acesso só será possível com a entrada dos genéricos, garantindo competitividade e baixo preço, conforme ressaltado na própria Estratégia Global Setorial em Hepatite C da OMS”, destacou o MSF.

Procurado pela equipe de reportagem, o Ministério da Saúde informou que, desde 2015, foram investidos R\$ 2,02 bilhões na compra de medicamentos para o tratamento da hepatite C e que a pasta está em processo de aquisição de 50 mil tratamentos.

### Doença

A hepatite C é considerada uma doença silenciosa. O vírus contraído pode se manifestar ou ocasionar doenças anos depois. Ela é transmitida por sangue contaminado (em transfusões, por exemplo), ao fazer sexo sem proteção ou pelo compartilhamento de objetos cortantes. O público mais vulnerável são os adultos acima de 40 anos. Quem contrai o vírus pode ter cirrose, câncer e morrer em decorrência dessas enfermidades.

Dados do ministério revelam que existem, no Brasil, mais de 1 milhão de pessoas que já tiveram contato com o vírus da hepatite C e cerca de 650 mil que são afetadas pela doença e poderiam ser beneficiadas pelo tratamento imediatamente (ABr).